

Paradigmas norteadores da história da educação sexual no Brasil: nas pegadas do higienismo, do conservadorismo religioso e da defesa dos direitos humanos

Guiding paradigms of the history of sexual education in Brazil: in the footprints of hygienism, religious conservation and the defense of human rights

Vicente Gregório de Sousa Filho¹

Resumo: O artigo tem como propósito discutir a necessidade de registro da escassa historiografia da educação sexual escolar no Brasil ao tempo em que se propõe garimpar a sistematização de uma sinopse histórica da educação sexual no Brasil, na qual ficou evidenciada sua vinculação aos padrões conservadores religiosos e higienistas das igrejas cristãs, dos militares e de educadores com visões limitadas ao patriarcalismo e biologicismo até sua culminância na fase atual marcada pelas lutas por direitos humanos, sexuais e reprodutivos, onde as teorias feministas e os estudos de gênero protagonizam uma nova fase na história da educação sexual escolar brasileira, onde se descortinam o empoderamento de sujeitos sociais para além da heteronormatividade masculina e a luta pela dignidade humana.

Palavras-chave: Educação sexual no Brasil, Conservadorismo religioso, Direitos humanos.

Abstract: The goal of the article is to discuss the need to register the scarce historiography of school sex education in Brazil in a time in which the proposal is to research the systematization of a historical synopsis of sex

Artigo recebido em: 13 junh. 2018
Aprovado em: 22 nov. 2019

¹Doutor em Teologia pela Escola superior de Teologia (EST). Professor efetivo EBTT de Filosofia no Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus Coelho Neto-MA. Contato: vicente.sousa@ifma.edu.br.

education in Brazil through which was made evident its ties to the religious and hygienist conservative standards of the Christian churches, of the military and of educators with views limited to patriarchy and biologism up to its culmination in the current phase marked by the struggle for human, sexual and reproductive rights, where the feminist theories and gender studies protagonize a new phase in the history of Brazilian school sex education. In this phase, the empowerment of social subjects beyond the masculine heteronormativity and the struggle for human dignity are revealed.

Keywords: Sex education in Brazil, Religious conservatism, Human rights.

Introdução

A história da Educação sexual no Brasil está vinculada à história da própria educação brasileira e como tal está marcada por lutas ideológicas, interesses e tentativas de formar um currículo escolar que dê conta de sistematizar o ideal de cidadão e cidadã que atenda às demandas de cada contexto histórico. Neste sentido, resulta salientar que tal educação não deve estar à margem do processo de construção da personalidade ou mesmo excluída do processo educacional das gerações juvenis, posto que a educação sexual é parte constitutiva da educação para a cidadania, uma vez que se trata de formação de valores, direitos humanos e tolerância na diversidade.

Assim sendo, compartilha de toda a história da educação de nossos pais, tendo sido influenciada pelos mesmos elementos que tem influenciado a educação como um todo. Desenvolve, porém, a sua história peculiar, que necessita ser registrada e divulgada.²

Pelo anteriormente exposto, os professores e as professoras que pretendam focar sua atenção para a pesquisa científica da educação sexual não poderão prescindir a história do referido fenômeno. Assim, é evidente que ao longo dos anos, os programas de educação sexual estiveram reféns de instituições conservadoras como as Igrejas cristãs, as correntes médicas e higienistas, a família patriarcal e os militares no período da ditadura. Isso tem servido de óbice à aceitação da educação sexual, vez que:

² FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances*, v. IV, set., 1998. p. 123.

O ensino escolar brasileiro, marcado por uma visão médico-biologista da sexualidade, assim como por uma visão normativo-institucional, tem manifestado resistência significativa em considerar e acolher a Educação Sexual como parte da educação global do indivíduo.³

Não obstante, recentemente os grupos que alicerçam suas cosmovisões nos estudos de gênero, vêm lutando por incluir nos currículos escolares diretrizes que objetivem desnaturalizar as relações e autoridade patriarcais com vistas a construir um programa que considere a visibilidade da mulher e de pessoas homoafetivas na escola e na sociedade com vistas a empoderar tais sujeitos no combate à violência doméstica contra a mulher e práticas homofóbicas que tendem a excluir e violentar todos(as) aqueles e aquelas que não se enquadram nos estereótipos sexistas da heteronormatividade.

1. Os primórdios da história da educação sexual

O objetivo desse tópico é discorrer sobre as principais iniciativas históricas e seus paradigmas ideológicos com vistas a tornar possível a educação sexual como uma realidade no interior das escolas. Assim, devemos inquirir sobre a forma que a educação sexual foi tratada pelos órgãos educacionais, as lideranças políticas, militares e religiosas ao longo de sua trajetória. De acordo Tuckmantel:⁴

Apesar de registros anteriores, o século XIX foi tomado como um marco histórico, uma vez que a preocupação com as questões da sexualidade passou a extrapolar os espaços religiosos para se tornar alvo de discussão e regulação pública em diversas partes do mundo. [...] Naquele momento histórico, a moral vitoriana dava contornos a uma situação bastante contraditória. As mulheres aprendiam, também por meio da escola, a manterem-se puras, enquanto os homens gozavam

³ FRANÇA, Lindamara. *Educação sexual: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008. p. 67.

⁴ TUCKMANTEL, Maíza Maganha. *A educação sexual: mas qual? Diretrizes para a formação de professores numa perspectiva emancipatória*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade estadual de Campinas, 2009. p. 197-198.

de grande liberdade sexual, escorada em uma extensa rede de prostituição. Era exclusivamente sobre as mulheres (puras e prostitutas) que recaíam as iniciativas de controle da sexualidade, com o objetivo de preservar a saúde ameaçada com frequência pelas doenças sexualmente transmissíveis.

É digno de nota que a citação acima esteja fazendo alusão primordialmente ao contexto histórico da educação sexual europeia, sendo a Suécia o país pioneiro a institucionalizar a educação sexual, sobretudo nas escolas francesas, onde se acentuava uma educação proibitiva e neurotizante às mulheres, ao tempo em que se preconizava uma educação sexual de natureza libertina aos homens, uma vez que se apregoava uma educação sexual na escola onde o que se reservava à mulher era unicamente a possibilidade de uma vida casta à espera do matrimônio para satisfazer suas necessidades e ao homem era permitida uma vida sexual sem freios na lama da prostituição.

A mesma autora previamente citada afirma que não há uma clareza a respeito da sistematização historiográfica da educação sexual no Brasil. Todavia, convencionou-se a considerar o século XX como o início histórico da educação sexual no Brasil em virtude das primeiras produções acadêmicas e dos primeiros registros de programas de educação sexual nas escolas. Nessa direção, devemos estar atentos para o marco histórico do início da inclusão da educação sexual nas escolas brasileiras a partir da seguinte informação:

Buscando caracterizar o momento em que a questão ocupa espaços acadêmicos, podemos situar que a primeira publicação acadêmica que trouxe uma abordagem institucional da Educação Sexual no Brasil foi a tese de Francisco Vasconcelos (1915) intitulada: “Educação Sexual da Mulher”, publicada no Rio de Janeiro. Barroso e Bruschini (1986) classificaram-na como uma obra com forte assento médico-moralista e recomendações sobre a saúde da mulher, com vistas a prepará-la para o exercício do seu papel de mãe e esposa. A referida tese combatia a masturbação e alertava para os perigos de contração de doenças venéreas.⁵

⁵ GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. *A Educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e*

Pela citação precedente, é possível perceber que nesse período o que se tornou relevante no que tange à educação sexual foram as preocupações de ordem patriarcalista e machista com a finalidade de confinar a mulher no espaço doméstico e privado a fim de que pudesse bem se preparar para as funções tradicionais de dona de casa, sem incentivo para a participação na vida pública, sendo tal prerrogativa exclusiva aos homens, nesse período. Some-se a isso, as diretrizes de cunho moralista e higienista a fim de limitar o prazer, proibir a masturbação e a proliferação das doenças sexualmente transmissíveis.

Percebe-se, portanto, que os primeiros momentos históricos, cujas visões sobre sexualidade eram preconceituosas, contribuíram de maneira decisiva para adiar as discussões sobre educação sexual no Brasil. Quando a educação sexual era abordada, reforçava temas tradicionalmente normatizantes, a reprodução, a gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis. É nesse período dos meados do século XX que o sexo ganhou estatuto de objeto do discurso e da intervenção médica.⁶

A citação anterior elucida o adiamento das discussões da educação sexual nos espaços escolares para além do higienismo, moralismo e patriarcalismo que pudesse se configurar em sua forma positiva de modo que viesse a incluir em sua pauta o respeito, a tolerância à diversidade, o questionamento da supremacia do homem em relação à mulher, a denúncia da violência doméstica praticada pelos homens contra as mulheres e a possibilidade de as mesmas serem aceitas como cidadãs plenas de direitos nos espaços público e privado.

No ano de 1922, o mineiro Fernando de Azevedo fizera sua defesa da necessidade de implementação da educação sexual nos horários regulares das aulas. Embora as temáticas abordadas estivessem pautadas no moralismo e no higienismo, é necessário ressaltar a luta pela inclusão da educação sexual enquanto disciplina escolar. Em 1928, foi organizado o congresso nacional de educadores que defendeu o programa de educação sexual a ser administrado

perspectivas emancipatórias. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade estadual de Campinas, 2009. p. 53.

⁶ TRAJANO, Maria de Fátima Cordeiro. *Significados da educação sexual para docentes do ensino médio*. Recife: O autor, 2014. p. 29.

para crianças com idade superior a 11 anos.⁷ Ainda na década de 1920, é digno de nota a atuação da bióloga feminista Bertha Lutz para a consolidação da educação sexual nos espaços escolares.

Na década de 30, o médico José de Albuquerque preocupou-se em criar estratégias a fim de divulgar nos meios sociais e acadêmicos a implementação da educação sexual nas escolas. Para ele, os espaços escolares eram destituídos da educação sexual, pois a sexualidade era tida como imoral e, portanto, o que se estudava na escola eram questões de higienismo, sobretudo por conta da proliferação da sífilis. O médico escreveu obras importantes para a história da educação sexual, tais como *Moral sexual*, em 1930, e, em 1936, escreveu a obra *O Sexo em Face do Indivíduo, da Família e da Sociedade*.

Em 5 de julho de 1933, Albuquerque fundou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), na cidade do Rio de Janeiro, reunindo interessados no estudo e na divulgação de questões ligadas à sexualidade e educação sexual. Foi editor do Boletim de Educação Sexual, de 1933 a 1939, jornal informativo e de circulação nacional. Também constam informações de que o autor participou da organização da I Semana de Educação Sexual, em 1934, no Rio de Janeiro, e da Semana Paulista de Educação Sexual, em 1935, realizada em São Paulo. Idealizou o Museu de Pinacoteca de Educação Sexual no CBES, que colocava à mostra peças e quadros com temáticas de sexo e educação sexual, visando despertar o interesse do público para essas questões. No dia 20 de novembro de 1935, Albuquerque instituiu o Dia do Sexo, comemorado pela CBES através de uma conferência intitulada: “Divagações Sexológicas” e da execução, em diversas rádios, do “Hino à Educação Sexual”, escrito por Albuquerque e que foi gravado pela RCA Victor.⁸

A citação por sua extensão revela o empenho e o laborioso conjunto de atividades do médico José de Albuquerque como intelectual e ativista comprometido em dar visibilidade à temática da sexualidade como disciplina regular no cotidiano escolar, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

⁷ AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. *Escola e educação sexual: uma relação necessária*. IX ANPED SUL, 2012. p. 2.

⁸ GAGLIOTTO, 2009, p. 54.

Em 1930, pais de alunos demonstraram apoio à Educação Sexual, porém havia opiniões contrárias quanto às estratégias e ao conteúdo programático. No colégio Batista do Rio de Janeiro, inseriu-se o ensino da evolução das espécies e educação sexual. Inicialmente estudava-se a análise do papel feminino na reprodução e, apenas em 1935, foram incluídas análises do papel masculino. O idealizador desse programa de educação sexual sofreu processo jurídico, sendo demitido da escola em função da sua proposta.⁹

2.As marcas do conservadorismo cristão e da ditadura militar na educação sexual

O professor Stawiarski, acima mencionado, foi processado e demitido de seu emprego no ano de 1954. Registre-se que o referido professor conseguiu inserir no currículo daquela escola para além da educação sexual o ensino da evolução das espécies. No que tange à educação sexual, os conteúdos ministrados enfatizavam o papel feminino da reprodução e o comportamento masculino.¹⁰ Registre-se que apesar do pioneirismo da implantação da educação sexual escolar ter ocorrido em ambiente evangélico, a repressão também veio posteriormente. Segundo informações de Hampel,¹¹ foi no século XIX que o Brasil acolheu as denominações cristãs protestantes e muitas, sendo oriundas da Europa, traziam a carga da moral vitoriana, marcadamente repressiva, com códigos morais rígidos, embora seus líderes pudessem casar e manter vida sexual ativa. Assim, ao lado do catolicismo, os protestantes também trouxeram uma moral cristã conservadora e repressiva no que tange à satisfação dos prazeres.

Nas décadas de 1940 e 1950, a Igreja católica mantendo-se vigilante em seus princípios conservadores reprimiu as iniciativas de implementação da educação sexual nos currículos escolares, graças ao seu domínio no sistema educacional e apoio das famílias

⁹ CAMPOS, Thaís Emília de. *Educação sexual e autonomia: estudo de uma intervenção com alunos do ensino médio do interior do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. p. 35.

¹⁰ TUCKMANTEL, 2009, p. 199.

¹¹ HAMPEL, Alissandra. *A gente não pensava nisso: Educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS*. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 42.

igualmente conservadoras e patriarcais. O poder da Igreja católica na esfera educacional se justificou pela influência que a instituição ainda gozava no cenário político e pelo fato de manter muitos orfanatos, internatos e seminários para a formação de crianças e adolescentes. Somente em 1954 no município de São Paulo as meninas de 4^a série e suas mães passaram a receber informações sobre as transformações da puberdade.

Apesar disso, alguns livros referentes à sexualidade foram publicados, dos quais podemos destacar: *Métodos de Controle da fertilidade e a Nossa Vida Sexual de OginoKnauss (s/d)*; *Guia e Conselheiro para Todos, Com Respostas a Todas as Questões de Fritz Kahm (1951)*, todos com o intuito de responder questões relacionadas à sexualidade em seu caráter biológico e reprodutivista.¹²

A década de 60 foi fértil no que tange à implementação de programas de educação sexual. As escolas públicas iniciam a inserção da educação sexual em seus espaços escolares, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Graças à abertura e tentativa de diálogo com o mundo, a partir da realização do Concílio vaticano II, a Igreja católica passa a adotar programas de educação sexual em suas instituições de ensino. No entendimento de Hampel,¹³ alguns padres católicos assumiram a missão de escrever sobre educação sexual e assim publicaram obras de moral sexual cristã. Nesse sentido, citem-se o Padre Charbonneau e Monsenhor Negromonte. Os escritos do primeiro enfatizavam a educação da juventude a fim de que pudesse tomar consciências e responsabilidade do exercício da paternidade. Já a produção literária de Monsenhor Negromonte focava a preparação para o casamento, discorrendo sobre namoro, noivado e educação dos filhos. Todavia, esse período foi também marcado pela ditadura militar que veio trazer cerceamento e censura aos educadores e aos programas de educação sexual conforme citação infra:

Em 28/01/1965 o Diário Oficial de São Paulo publica o ato nº. 9, de autoria de José Carlos Ataliba Nogueira, estabelecendo: É vedado aos professores do ensino de grau médio, especialmente os de biologia e sociologia, exporem na escola pública, e menos ainda, defenderem a limitação de filhos ou qualquer meio

¹² AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 2-3.

¹³ HAMPEL, 2013, p. 46.

anticoncepcional. A violação desse preceito acarretará suspensão do professor, apurada a sindicância.¹⁴

Não obstante as perseguições e severas censuras, este período também foi marcado por lutas e conquistas, posto que, embora de forma isolada, houvesse pessoas corajosas que continuaram insistindo na tarefa educativa de construir espaços de informações e trocas de experiências no que diz respeito à sexualidade, como foi o caso da equipe de Carmem Barroso, da Fundação Carlos Chagas, que esteve comprometida com adolescentes e mulheres da periferia de São Paulo no sentido de esclarecer e informar sobre os principais aspectos da sexualidade humana.

Durante as décadas de 60 e 70, a inserção da educação sexual formal na escola se caracterizou por avanços e refluxos. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixaram de existir em 1970, após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968, da deputada Júlia Steinbuch, que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares.¹⁵

Vale a pena registrar que os deputados e senadores foram favoráveis ao projeto de lei. No entanto, o conservadorismo da comissão de moral e civismo, órgão do ministério de educação e cultura, considerou classificar o referido projeto de imoral, inútil e irresponsável. Dessa forma, mais uma vez a proibição do projeto da parte do estado brasileiro significou o recuo à implantação da educação sexual nos espaços formais da escola.¹⁶

¹⁴ GUIMARÃES, Isaura. *Educação Sexual na Escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 65.

¹⁵ GUIMARÃES, Elisângela de Araújo. *Educação sexual no currículo brasileiro: avanços e retrocessos*. Disponível em: [http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT1/EDUCA CAO%20SEXUAL.pdf](http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT1/EDUCA%20SEXUAL.pdf). Acesso em: 24/02/ 2018. p. 2-3.

¹⁶ CUNHA, Maria de Lourdes Pavei. *Educação sexual na adolescência: novos olhares da educação física para as sétimas séries do Ensino Fundamental*. 2012. Dissertação (Mestrado) – UNISAL, São Paulo, 2012. p.35-36.

De acordo com Garcia,¹⁷ no período de 1975 a 1979, o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira proibiu a inserção dos programas de educação sexual nas escolas de São Paulo, sob alegação de que tal prerrogativa seria de responsabilidade dos pais. Apesar das censuras e perseguições, a sociedade estava em efervescência, posto que:

Em 1975 reapareceu, com mais veemência, o interesse pela Educação Sexual e, isso se deve ao fato das grandes mudanças observadas no comportamento dos jovens, como o surgimento dos movimentos feministas, os discursos inflamados pelos direitos da mulher sobre seu corpo, pela liberdade sexual, pelo controle da concepção, pela livres escolhas de parceiros, pelas formas de realização sexual, dentre outras conquistas. Neste período, houve um divisor de águas na sociedade brasileira que foi a Comercialização da Pílula Anticoncepcional.¹⁸

É claro que a sociedade ficou dividida entre os conservadores e as camadas que passaram a entender o uso do corpo e da sexualidade não apenas a partir de princípios essencialistas, mas sobretudo como expressão de direitos inalienáveis da pessoa humana. Agora a mulher não estaria escrava do jugo da maternidade, mas poderia separar o prazer da procriação.

Nos últimos anos da década de 1970, e durante a década de 1980, a população brasileira passou a reivindicar mudanças no que tange à sexualidade e isso se dá sobretudo por conta das influências feministas.

[...] em 1983, foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). A partir disso, a reprodução começou a ser vista como uma decisão individual, que deveria habitar os direitos civis (Buglione, 2002). Com o PAISM, o Estado deixou de exercer o controle da natalidade, passando a promover o planejamento familiar e a ser visto como provedor de informações e acessos,

¹⁷ GARCIA, Luciana Juvelina Vaz. *O Processo de Educação Sexual na Escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de Professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 32.

¹⁸ CUNHA, 2012, p. 36-37.

incrementando o princípio da cidadania que só se viabiliza por meio da autonomia.¹⁹

É nesse cenário que vários intelectuais e educadores vão se engajar na luta pelos direitos das mulheres milenarmente sufocados pelos homens. Nesse período, também foi possível perceber o empenho das escolas particulares organizando congressos de educação sexual. Durante os anos de 1978 e 1979 mais de 2000 pessoas, na cidade de São Paulo, reuniram-se na ocasião desses congressos com vistas a aprofundar as discussões sobre a sexualidade nas escolas.²⁰

3. Educação sexual na mídia e nas escolas: a luta pela institucionalização

Durante a década de 1980, os programas de educação sexual e a sociedade como um todo vão contar com a mídia como uma grande aliada na divulgação, debates e informações a respeito de assuntos vinculados à educação sexual.

A socióloga Maria Helena Matarazzo, implanta, com apoio da BENFAM, um serviço telefônico: “SOS Educação Sexual”, bem como, implanta e coordena um programa de rádio ao vivo, para responder perguntas sobre sexualidade, com caráter educativo, na cidade de São Paulo. O período inicial do ano de 1980 foi liberal na veiculação e divulgação de questões ligadas à sexualidade tanto fora quanto dentro do âmbito escolar. A psicóloga Marta Suplicy (1983?) tinha um quadro na “TV Mulher”, no qual abordava, lia e respondia as cartas que eram enviadas pelos ouvintes, sobre questões relacionadas à sexualidade, o que gerou grande polêmica e o programa acabou sendo retirado do ar.²¹

Apesar do avanço dos meios de comunicação social e das discussões a respeito da sexualidade, note-se que nesse período os programas de educação sexual limitavam-se a palestras e

¹⁹ SFAIR, Sara Caran; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015. p. 623.

²⁰ AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. Escola e educação sexual: uma relação necessária. IX ANPED SUL, 2012. p. 4.

²¹ CUNHA, 2012, p. 37-38.

conferências no interior das escolas. Aos poucos o interesse pelas questões sexuais foi se impondo como uma obrigatoriedade em virtude do primeiro diagnóstico do vírus HIV, em 1984. Na percepção de Bonfim,²² houve uma grande valorização da educação sexual escolar nesse período a fim de que a mesma pudesse assumir um caráter preventivo no que tange às doenças sexualmente transmissíveis, mormente a AIDS e suas consequências avassaladoras para a população. É nesse período que vêm a óbito personalidades famosas como ator Lauro Corona (1989) e o cantor Cazuza (1990), dentre outros. Contudo, o clamor da sociedade pela educação sexual mais uma vez está movida por questões de ordem higienista e não como uma proposta de valorização do prazer, da dignidade e dos direitos humanos.

Os anos de 1990 estiveram marcados por uma expansão da discussão institucional e acadêmica sobre Educação Sexual. Determinantes políticos produziram uma transformação na sociedade, na cultura e na realidade educacional brasileira. Todas as reformas educacionais advindas da promulgação da nova LDBEN/9.394/96 e a Orientação Educacional assumida no contexto dos Temas Transversais, propostos pelos novos PCNs, no ano de 1997, caracterizaram o cenário da educação sexual escolar nessa década.²³

As palavras anteriores denotam a tentativa de institucionalização da educação sexual nas escolas através da inclusão da temática da sexualidade enquanto realidade transversal presente nos parâmetros curriculares nacionais. Deste modo, a publicação dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, em 1997, e dois anos depois a publicação dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio representam uma primeira empreitada, em nível federal, no sentido de inclusão da sexualidade numa perspectiva de gênero, embora no documento a

²² BOMFIN, Cláudia Ramos de Souza. *Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidade*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade estadual de Campinas, 2009. p. 70.

²³ GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. *A Educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias*. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Campinas, Universidade estadual de Campinas, 2009. p. 61.

ênfase se dê no aspecto preventivo.²⁴ Daí, é importante ressaltar que agora passa a vigorar uma nova terminologia, a saber, orientação sexual. Todavia, há os que se opõem a isso afirmando que o termo orientação sexual é ambíguo e pode significar o caminho e a destinação do desejo do ser humano. Enquanto temática transversal, a sexualidade deveria ser abordada por todos os professores, classes e ao longo das séries de forma planejada, sistemática e intencional. Contudo, a autora abaixo defende a tese de que a educação sexual deve ser uma disciplina com horário fixo e com professor qualificado para tal, posto que do contrário acabe na marginalidade escolar.

[...] queremos ressaltar que nossa defesa é de que o tratamento da sexualidade deixe de ser transversal e passe a ser curricular. Precisamos incluir sexualidade nos currículos das escolas. A complexidade da sexualidade exige uma formação teórico metodológica profunda apoiada em diversas áreas das Ciências Humanas como a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia, etc. e com aporte das Ciências Biológicas também. E essa formação não pode ser adquirida no voluntarismo de um grupo de professores que se reúnem para ler textos e manter contatos breves, mesmo que continuado sobre questões referentes à sexualidade.²⁵

4. Educação sexual na perspectiva dos direitos humanos

Em 2003, foi lançado o projeto saúde e prevenção nas escolas (SPE), uma parceria entre O ministério da Educação, Ministério da Saúde, UNICEF, UNESCO, e sociedade civil, com o objetivo de articular saúde e educação, sobretudo pela prevenção no que tange às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Das duas últimas décadas aos dias hodiernos, a educação sexual tem centrado suas preocupações em assegurar o exercício da sexualidade enquanto um direito humano. É assim que surge em 2004 o *Programa Brasil Sem Homofobia*, com o objetivo de fornecer formação para as pessoas e

²⁴ ORIENTAÇÕES técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. p. 11.

²⁵ GAGLIOTTO, 2009, p. 73.

educadores, mobilizar a sociedade para o exercício da cidadania e estimular a denúncia contra a violência a homoafetivos.²⁶

Outra iniciativa inédita no Brasil, com o envolvimento de dez ministérios e ampla participação da sociedade civil, é o Programa Brasil sem Homofobia– Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e de Promoção da Cidadania Homossexual. Ao envolver os ministérios federais na promoção de ações voltadas às demandas e cidadania da população LGBT (como segurança, trabalho, participação, educação, saúde, cultura, entre outras), o governo federal reconhece formalmente a necessidade de ações específicas para essa população, bem como a importância de promover políticas de inclusão para a garantia da igualdade de direitos.²⁷

No ano de 2006, a Secretaria de Políticas para a Mulher criou o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE). A criação desse programa foi resultante de várias parcerias inclusive internacionais, estados, municípios e universidades públicas em virtude de pressões dos organismos internacionais, dos movimentos de mulheres e do movimento LGBT.

O GDE tem como objetivo a sensibilização de educadores e educadoras da rede pública de ensino em questões relativas a desigualdades de gênero, diversidade sexual e raça/etnia, preparando profissionais da educação para lidar com esses temas de forma transversal no cotidiano das escolas. A concepção do programa entende que discriminações de gênero, orientação sexual e raça/etnia devem ser tratadas de forma conjunta dado que gênero, raça/etnia e sexualidade estão intimamente imbricados na vida social e na história das sociedades.²⁸

Ao lado de lutas por direitos que são da constituição da pessoa humana, temos assistido ainda a práticas homofóbicas e a violentos

²⁶ CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 11.

²⁷ ORIENTAÇÕES, 2014, p.13.

²⁸ ORIENTAÇÕES, 2014, p.13.

e cruéis ataques contra a comunidade LGBT, culminando em muitos assassinatos em todo o país. As lutas se intensificaram e a sociedade embora dividida tem concordado por uma educação sexual que prime pelo respeito e tolerância aos diferentes. Os gays, transgêneros, transexuais têm se organizado em passeatas, criaram o dia do orgulho gay e buscaram a institucionalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo, bem como a possibilidade de adotar crianças. A sociedade e os sistemas educacionais não puderam fechar os olhos a essas reivindicações e, assim, tais temáticas têm figurado nas discussões sobre sexualidade nos programas de educação sexual recentes. O certo é que independente das cosmovisões e sistemas éticos e religiosos todos têm o direito à vida e ao respeito. Isso é o que defende a Constituição Brasileira de 1988.

Considerações finais

As recentes políticas públicas que visam à educação para a sexualidade estão pautadas na concepção da escola como um espaço de construção de saberes e sobretudo como *locus* privilegiado para a formação de atitudes positivas diante da defesa da vida, dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos a partir de concepções éticas e axiológicas que sejam capazes de estimular o respeito à diversidade e o incentivo constante para uma convivência solidária entre os diferentes. Nesse sentido, tais políticas públicas e educativas vêm mobilizando a sociedade civil e educacional a fim de combater a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e quaisquer formas de violência contra a mulher.

É pertinente recordar que ao lado de setores formados por militantes de movimentos que lutam pela inserção de uma educação sexual com perspectiva de gênero e com respeito à diversidade, existem setores conservadores no meio político e religioso, como a bancada evangélica e a CNBB, que acusam a ideologia de gênero de tentar destruir o modelo de família nuclear cristã. Assim devemos lembrar a polêmica causada por Jair Bolsonaro ao se colocar contra o kit da ideologia de gênero a ser utilizado nas escolas em 2010. Todavia, as dúvidas são dirimidas e o Ministério de Educação consegue provar que o material não foi comprado por ele e sim pelo Ministério da cultura. Contudo, não foi distribuído para os alunos, mas tão somente às bibliotecas das escolas. As polêmicas se avolumaram durante o ano de 2014, no período em que O Plano Nacional de Educação, que baliza as metas educacionais durante os dez anos subsequentes, viu-se obrigado e retirar de seu texto a terminologia questões de gênero. No entanto, deixou a liberdade a

fim de que os estados e municípios pudessem decidir pela inclusão ou retirada da temática em discussão.²⁹

Pelo exposto, foi possível inferir que a educação sexual no Brasil foi plasmada através de lutas constantes entre setores conservadores e movimentos de educadores, intelectuais e, recentemente, as lutas foram encabeçadas por militantes de grupos LGBT's e simpatizantes que não admitem a violência e exclusão das pessoas que fogem ao paradigma da heteronormatividade. Assim, é no mínimo questionável em nome de um paradigma de família tradicional, supostamente cristã, católicos e evangélicos conservadores permanecerem inertes face à violência de gênero que tem negado o direito às mulheres de exercerem sua cidadania e omissos diante de incomensuráveis casos de ataque e assassinatos às pessoas militantes de grupos LGBT's.

Referências

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. *Escola e educação sexual: uma relação necessária*. IX ANPED SUL, 2012.

BOMFIN, Cláudia Ramos de Souza. *Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidade*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade estadual de Campinas, 2009.

CAMPOS, Thaís Emília de. *Educação sexual e autonomia: estudo de uma intervenção com alunos do ensino médio do interior do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CUNHA, Maria de Lourdes Pavei. *Educação sexual na adolescência: novos olhares da educação física para as sétimas séries do Ensino Fundamental*. 2012. Dissertação (Mestrado) – UNISAL, São Paulo, 2012.

²⁹ MUNDIN, Izabelle. *O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal?* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em 30/05/ 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances*, v. IV, set., 1998.

FRANÇA, Lindamara. *Educação sexual: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. *A Educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias*. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade estadual de Campinas, 2009.

GARCIA, Luciana Juvelina Vaz. *O Processo de Educação Sexual na Escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de Professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GUIMARÃES, Elisângela de Araújo. *Educação sexual no currículo brasileiro: avanços e retrocessos*. Disponível em <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT1/EDUCACAO%20SEXUAL.pdf>. Acesso em 24/02/2018.

GUIMARÃES, Isaura. *Educação Sexual na Escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

HAMPEL, Alissandra. *A gente não pensava nisso: Educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS*. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MUNDIN, Isabelle. *O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal?* Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em 30/05/2018.

ORIENTAÇÕES técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014.

SFAIR, Sara Caran; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015.

TRAJANO, Maria de Fátima Cordeiro. *Significados da educação sexual para docentes do ensino médio*. Recife: O autor, 2014.

TUCKMANTEL, MaízaMaganha. *A educação sexual: mas qual? Diretrizes para a formação de professores numa perspectiva emancipatória*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade estadual de Campinas, 2009.